



BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 61.088.183/0001-33

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 - Torre E - 7º andar - CEP: 04543-011 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 5504-9844 - https://www.mizuhogroup.com/americas/brazil

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Mizuho do Brasil S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas das devidas notas explicativas e do parecer do auditor independente. O Banco Mizuho do Brasil S.A. é uma subsidiária do Mizuho Financial Group, um dos maiores grupos financeiros do mundo, com sede no Japão, atuação global abrangendo todos os continentes, em mais de 38 países. Os ativos totais do Grupo superaram os 254 trilhões de ienes no ano fiscal 2022 (De Abril/2022 a Mar/2023). O Banco Mizuho do Brasil S.A. é um banco múltiplo com autorização para operar com carteiras comercial e de investimento; atua como banco de atacado no mercado local. Atende empresas de várias nacionalidades e setores e oferece uma gama diversificada de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, entre outros. A estratégia para o Banco Mizuho do Brasil tem dois pilares principais: a) Prestar serviços financeiros locais aos seus clientes globais - especialmente empresas japonesas e outras corporações internacionais, auxiliando-os em suas operações comerciais no Brasil. Para esses clientes, o Banco oferece basicamente os seguintes produtos: empréstimos - capital de giro em reais e operações de financiamento ao comércio exterior (importação e exportação); fechamento de câmbio, carta de crédito e garantias; operações de derivativos - hedge de moedas (swap de moedas e opções) e swap de juros. b) Prestar diversos serviços financeiros aos seus clientes locais, disponibilizando a estrutura do grupo Mizuho para auxiliá-los em suas estratégias globais. Para esses clientes, o Banco oferece basicamente os seguintes produtos: empréstimos sindicalizados, financiamento com agências de crédito (ECA) e financiamento de projetos. O Banco mantém seus esforços na constante busca do aprimoramento de sua atuação, investindo na capacitação de seus recursos, focado em sua Visão e Valores institucionais, promovendo a integração profissional e cultural entre os profissionais do Brasil e de unidades do Grupo no exterior, consolidando e fortalecendo sua expertise, de forma a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, de acordo com a filosofia corporativa do Grupo Mizuho. Destacamos que para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, a Administração tem a intenção de manter em carteira até o vencimento os títulos classificados nessa categoria conforme Nota 5 e que o Banco, baseado no seu fluxo de caixa projetado, possui capacidade financeira para tal manutenção.

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	3b	20.090	14.436	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		25.178.574	13.970.938
Instrumentos Financeiros		26.182.014	14.934.066	Depósitos	10	1.430.694	1.398.673
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	5.250.953	2.178.318	Captações no mercado aberto	11	4.855.726	2.386.806
Carteira de câmbio	7	13.995.380	7.352.769	Recursos de aceites e emissão de títulos	12a	90.175	42.498
Títulos e valores mobiliários	5	5.608.233	4.190.116	Obrigações por empréstimos	12b	6.423.153	5.022.537
Instrumentos financeiros derivativos	17	236.118	167.341	Obrigações por repasses no exterior	12c	16.452	17.572
Operações de crédito	6	1.091.330	1.045.522	Instrumentos financeiros derivativos	17	143.543	118.831
Outros Ativos		311.264	215.048	Carteira de câmbio	7	12.218.831	4.984.021
Relações interfinanceiras		1.050	1.110	Provisões para contingências	13b	195.291	185.456
Rendas a receber		16	2.226	Outras Obrigações		119.169	162.818
Negociação e intermediação de valores	8a	33.841	43.309	Relações interdependências		45.476	75.342
Diversos	8b	274.030	167.185	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		102	17.084
Despesas antecipadas		2.327	1.218	Fiscais e previdenciárias	13	45.924	28.766
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6e	(2.253)	(3.244)	Negociação e intermediação de valores	8a/13a	6.218	19.013
Ativo fiscal diferido	15	111.228	116.913	Diversas	13	21.449	22.613
Investimento em participações em coligadas e controladas	9	17.238	17.793	Passivo Fiscal Diferido	15	73.961	46.611
Outros investimentos		113	113	Patrimônio líquido		1.076.554	934.044
Imobilizado de uso		3.524	4.041	Capital Social:	14a	737.514	679.732
Imobilizações de uso		10.770	11.739	De domiciliados no exterior		679.732	632.590
Depreciação Acumulada		(7.246)	(7.698)	Aumento de capital social em andamento		57.782	47.142
Ativo Intangível		331	701	Reservas de Lucros		341.857	256.959
Ativos Intangíveis		6.954	7.121	Outros resultados abrangentes	14c	(2.817)	(2.647)
Amortização Acumulada		(6.623)	(6.420)	Total do passivo		26.643.549	15.299.867
Total do ativo		26.643.549	15.299.867				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)						
	Nota	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados
		Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva especial	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		632.590	-	17.199	170.261	(6.386)
Integralização de capital	14a	-	47.142	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	3.761
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior		-	-	-	-	(653)
Hedge de investimento no exterior		-	-	-	-	631
Pagamento de juros sobre o capital próprio	14b	-	-	-	-	(53.877)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	123.376
Constituição da reserva de lucros		-	-	6.169	63.330	(69.499)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		632.590	47.142	23.368	233.591	(2.647)
Integralização de capital	14a	47.142	10.640	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	36
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior		-	-	-	-	654
Hedge de investimento no exterior		-	-	-	-	(860)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	14b	-	-	-	-	(66.036)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	150.934
Constituição da reserva de lucros		-	-	7.547	77.351	(84.898)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		679.732	57.782	30.915	310.942	(2.817)
Saldos em 30 de junho de 2023		679.732	-	26.025	233.591	(2.797)
Integralização de capital	14a	-	57.782	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	(25)
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior		-	-	-	-	(39)
Hedge de investimento no exterior		-	-	-	-	44
Pagamento de juros sobre o capital próprio	14b	-	-	-	-	(66.036)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	97.785
Constituição da reserva de lucros		-	-	4.890	77.351	(82.241)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		679.732	57.782	30.915	310.942	(2.817)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)						
	Nota	2º semestre	31/12/2023	31/12/2022	2º semestre	31/12/2023	31/12/2022			
Receitas da intermediação financeira		151.604	1.221.799	491.683	Lucro líquido do semestre/exercício	97.785	150.934			
Operações de crédito		88.698	177.348	133.912	Outros resultados abrangentes a ser reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes	(20)	(170)			
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		197.887	328.643	256.291	Ativos financeiros disponíveis para venda	(25)	36			
Resultado de títulos e valores mobiliários		274.044	529.974	301.135	Ajuste ao valor de mercado	(47)	63			
Resultado de operações de empréstimos e repasses	12d	(409.025)	185.834	(199.655)	Efeito tributário	22	(27)			
Despesas da intermediação financeira		594	(939.705)	(258.070)	Hedge de Investimento no exterior	(39)	654			
Operações de captações no mercado		(275.116)	(488.443)	(347.111)	Ajuste variação cambial	(73)	1.247			
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	17g	(30.447)	(324.716)	(139.147)	Efeito tributário	34	(572)			
Resultado de câmbio	7	305.180	(127.537)	228.298	Outros resultados abrangentes de coligada por equivalência patrimonial	44	(860)			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	977	991	(110)	Ajuste variação cambial	78	(1.194)			
Resultado bruto da intermediação financeira		152.198	282.094	233.613	Ajuste ao valor de mercado - títulos disponíveis para venda	(34)	561			
Outras receitas (despesas) operacionais		(33.610)	(69.282)	(67.050)	Total do resultado abrangente	97.765	150.764			
Receitas de prestação de serviços	20b	21.838	45.924	46.392						
Despesas de pessoal	20c	(26.048)	(55.386)	(56.161)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
Outras despesas administrativas	20d	(25.222)	(47.495)	(41.999)	pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversas normas e interpretações as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:					
Despesas tributárias		(7.857)	(14.790)	(12.777)	Pronunciamento CPC	Resoluções				
Resultado de participação em controlada	9	207	939	580	CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021				
Outras receitas operacionais	20e	8.402	12.160	6.639	CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021				
Outras despesas operacionais	20f	(4.930)	(10.634)	(9.724)	CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Resolução CMN nº 4.524/2016				
Resultado operacional		118.588	212.812	166.563	CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020				
Outras receitas e despesas		-	(16)	9.355	CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.524/2016				
Resultado antes da tributação sobre o lucro		118.588	212.796	175.918	CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020				
Imposto de renda e contribuição social	15a	(19.292)	(59.028)	(49.864)	CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011				
Provisão para imposto de renda		(9.141)	(15.498)	(11.492)	CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021				
Provisão para contribuição social		(7.638)	(13.184)	(10.075)	CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020				
Ativo fiscal diferido		(2.513)	(30.346)	(28.297)	CPC 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009				
Participações dos empregados no lucro		(1.511)	(2.834)	(2.678)	CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016				
Lucro líquido do semestre/exercício		97.785	150.934	123.376	CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020				
Lucro líquido por ação - R\$		45,80	70,69	57,78	CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Mizuho do Brasil ("Banco") é um banco múltiplo, sediado na Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 2041 em São Paulo capital, autorizado a operar com carteiras comercial e de investimento. É controlado diretamente pelo Mizuho Bank, Ltd., cujo controlador final é o Mizuho Financial Group, Inc., ambos sediados na Cidade de Tóquio no Japão. O Mizuho Financial Group está listado nas Bolsas de Valores de Tóquio e Nova Iorque. O Banco tem atuação no mercado de atacado e atende empresas de várias nacionalidades e setores, oferecendo uma gama diversificada de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, entre outros. Realiza suas atividades focado nas diretrizes estabelecidas pelos acionistas, com estrita observância das normas e regulamentações locais. O Banco se utiliza das linhas de crédito aprovadas dentro do grupo, para maximizar a eficiência da gestão local de recursos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	2º semestre	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do semestre/exercício	97.785	150.934	123.376
Outros resultados abrangentes a ser reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes	(20)	(170)	3.739
Ativos financeiros disponíveis para venda	(25)	36	3.761
Ajuste ao valor de mercado	(47)	63	7.173
Efeito tributário	22	(27)	(3.412)
Hedge de Investimento no exterior	(39)	654	631
Ajuste variação cambial	(73)	1.247	1.203
Efeito tributário	34	(572)	
Outros resultados abrangentes de coligada por equivalência patrimonial	44	(860)	(653)
Ajuste variação cambial	78	(1.194)	
Ajuste ao valor de mercado - títulos disponíveis para venda	(34)	561	541
Total do resultado abrangente	97.765	150.764	127.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversas normas e interpretações as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Resolução CMN nº 4.524/2016
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.524/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021
A Resolução do Conselho Monetário Nacional, nº 4.966/2021, dispõe sobre conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A resolução entrará em vigor em 01 de janeiro de 2025. Para adequação, o Banco elaborou um plano de implementação, que será ajustado, se necessário. Atualmente, a instituição está verificando os cenários e metodologias de cálculo, para adaptação. Neste aspecto, serão identificados os produtos a serem impactados, análise da metodologia	

★ continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor de mercado, exceto aqueles que tiverem sido contratados de forma associada às operações de captação ou aplicação, conforme definido pela Circular nº 3.150, do Banco Central do Brasil. As transações efetuadas para proteção ao risco das posições do Banco, qualificadas como *hedge* contábil, são distinguidas em três categorias: *hedge* de risco de mercado, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento no exterior. As operações classificadas como *hedge* de risco de mercado são destinadas a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período. Os respectivos itens objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, em contrapartida a respectiva conta de receita ou despesa relacionada ao item objeto de *hedge*. As operações de *hedge* de fluxo de caixa são destinadas a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização dos derivativos contratados para *hedge* de fluxo de caixa é contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido em conjunto com os efeitos da avaliação a mercado dos itens objeto de *hedge*, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período. *Hedge* de investimento no exterior: os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria têm como objetivo compensar os riscos decorrentes da exposição à variação cambial de investimentos no exterior cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional e devem ser registrados conforme procedimentos contábeis definidos para o *hedge* de fluxo de caixa. Através da Resolução nº 4.924/2021 do Conselho Monetário Nacional, as instituições financeiras devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46) a partir de 1 de janeiro de 2022. e) **Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (sem risco) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação pelo prazo máximo de seis meses, contados a partir de sua classificação nesse nível de risco, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. f) **Investimentos:** Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. g) **Imobilizado e intangível:** O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: móveis, utensílios e instalações - 10%; e sistema de processamento de dados e veículos - 20%. O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisição de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20%. h) **Atualização monetária de direitos e obrigações:** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. i) **Depósitos e captações no mercado aberto:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. j) **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados ativos não financeiros registrados com indicação de perda por *impairment*. k) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para o imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício e das deduções previstas em lei. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 20%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e adições e exclusões temporárias, são registrados nas rubricas de "Ativos fiscais diferidos" e "Obrigações fiscais diferidos". O reconhecimento dos ativos fiscais e obrigações fiscais diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo e estão suportados por estudo técnico, realizado semestralmente. l) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: *Contingências ativas* - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências determinantes de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos. *Contingências passivas* - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são sujeitos à divulgação em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. *Obrigações legais* - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. m) **Lucro por ação:** Foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 31 de dezembro de 2023 e 2022. o) **Garantias Financeiras Prestadas:** A Resolução do CMN 4.512 de 28 de julho de , estabelece procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma. p) **Resultado Recorrente e Não Recorrente:** A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. De acordo com os critérios internos de avaliação, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I-não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II-não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente, por sua vez, corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor de mercado, exceto aqueles que tiverem sido contratados de forma associada às operações de captação ou aplicação, conforme definido pela Circular nº 3.150, do Banco Central do Brasil. As transações efetuadas para proteção ao risco das posições do Banco, qualificadas como *hedge* contábil, são distinguidas em três categorias: *hedge* de risco de mercado, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento no exterior. As operações classificadas como *hedge* de risco de mercado são destinadas a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período. Os respectivos itens objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, em contrapartida a respectiva conta de receita ou despesa relacionada ao item objeto de *hedge*. As operações de *hedge* de fluxo de caixa são destinadas a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização dos derivativos contratados para *hedge* de fluxo de caixa é contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido em conjunto com os efeitos da avaliação a mercado dos itens objeto de *hedge*, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período. *Hedge* de investimento no exterior: os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria têm como objetivo compensar os riscos decorrentes da exposição à variação cambial de investimentos no exterior cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional e devem ser registrados conforme procedimentos contábeis definidos para o *hedge* de fluxo de caixa. Através da Resolução nº 4.924/2021 do Conselho Monetário Nacional, as instituições financeiras devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46) a partir de 1 de janeiro de 2022. e) **Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (sem risco) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação pelo prazo máximo de seis meses, contados a partir de sua classificação nesse nível de risco, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. f) **Investimentos:** Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. g) **Imobilizado e intangível:** O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: móveis, utensílios e instalações - 10%; e sistema de processamento de dados e veículos - 20%. O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisição de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20%. h) **Atualização monetária de direitos e obrigações:** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. i) **Depósitos e captações no mercado aberto:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. j) **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados ativos não financeiros registrados com indicação de perda por *impairment*. k) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para o imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício e das deduções previstas em lei. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 20%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e adições e exclusões temporárias, são registrados nas rubricas de "Ativos fiscais diferidos" e "Obrigações fiscais diferidos". O reconhecimento dos ativos fiscais e obrigações fiscais diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo e estão suportados por estudo técnico, realizado semestralmente. l) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: *Contingências ativas* - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências determinantes de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos. *Contingências passivas* - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são sujeitos à divulgação em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. *Obrigações legais* - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. m) **Lucro por ação:** Foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 31 de dezembro de 2023 e 2022. o) **Garantias Financeiras Prestadas:** A Resolução do CMN 4.512 de 28 de julho de , estabelece procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma. p) **Resultado Recorrente e Não Recorrente:** A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. De acordo com os critérios internos de avaliação, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I-não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II-não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente, por sua vez, corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações em operações compromissadas

	31/12/2023	31/12/2022
Posição bancada:		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.084.276	600.304
Rendas a apropriar	(602)	(203)
Notas do Tesouro Nacional - NTN	800.354	852.863
Rendas a apropriar	(175)	(289)
	3.883.853	1.452.675
Posição financiada:		
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.200.518	447.791
Rendas a apropriar	(262)	(152)
	1.200.256	447.639
Total posição financiada	1.200.256	447.639
Total posição bancada	3.883.853	1.452.675
Total circulante, vencimento até 90 dias, de aplicações no mercado aberto (nota 3b)	5.084.109	1.900.314

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R\$ 328.643 (R\$ 256.291 em 31 de dezembro de 2022).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	31/12/2023	31/12/2022
Até 90 dias (nota 3b)	24.894	112.404
De 91 a 365 dias	105.048	56.118
Acima de 365 dias	36.902	41.643
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	166.844	210.165

c) **Aplicações em moeda estrangeira:** Em 31 de dezembro de 2023, o Banco não possuía aplicações em moedas estrangeiras (nota 3b) (R\$ 67.839 em 2022) realizadas com banqueiros no exterior. Estes valores tem vencimento em até 90 dias.

5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor de custo	mercado/contábil (1)	Valor de custo	mercado/contábil (1)
Títulos e valores mobiliários				
Carteira própria	1.292.107	1.296.369	1.396.059	1.395.828
Títulos disponíveis para venda	1.171.532	1.175.695	1.014.958	1.014.569
Debêntures	687	687	4.981	4.983
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	17.127	17.123	117.360	117.351
Letras do Tesouro Nacional - LTN	943.844	947.480	883.227	882.845
Ações	9.390	9.390	9.390	9.390
Nota Comercial	200.484	201.015	-	-
Mantidos até o vencimento	120.575	120.674	381.101	381.259
Debêntures	65.885	65.885	316.159	316.159
Letras Financeiras	21.247	21.346	64.942	65.100
Nota Comercial	33.443	33.443	-	-

Vinculados a compromisso de recompra

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos disponíveis para venda	204.892	205.066
Debêntures	91.151	91.139
Letras do Tesouro Nacional - LTN	113.741	113.927
Mantidos até o vencimento	3.078.814	3.085.918
Debêntures	823.608	823.608
Letras Financeiras	2.255.206	2.262.310

Vinculados à prestação de garantias

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos disponíveis para venda	1.009.789	1.020.880
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.709	5.708
Letras do Tesouro Nacional - LTN	966.001	977.093
Part.Fundo Garantia em Liquidação - FLCB	38.079	38.079
Total	5.585.602	5.608.233

(1) Os títulos classificados como Disponíveis para venda refletem o valor contábil após a marcação a mercado. Os títulos classificados como Mantidos até o vencimento refletem o valor de custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e marcação a mercado para os títulos objetos de *hedge accounting*. Em 31 de dezembro de 2023, a composição da carteira, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo, estão demonstrados abaixo: Mensuração de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Mensuração de valor justo de Nível 2, são obtidas por meio de outras variáveis além de preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (como preços) ou indiretamente (com base em preços). Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

	31/12/2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos disponíveis para venda	2.392.251	9.390	-	2.401.641
Mantidos até o vencimento	3.173.149	33.443	-	3.206.592
Total	5.565.400	42.833	-	5.608.233

	31/12/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos disponíveis para venda	2.151.204	9.390	-	2.160.594
Mantidos até o vencimento	2.029.522	-	-	2.029.522
Total	4.180.726	9.390	-	4.190.116

b) Composição por prazo de vencimento

	31/12/2023			31/12/2022		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Carteira própria:	298.428	997.941	1.296.369	293.753	1.102.070	1.395.828
Títulos disponíveis para venda	244.898	930.797	1.175.695	183.266	831.303	1.014.569
Debêntures	687	-	687	-	4.983	4.983
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.269	2.854	17.123	112.303	5.048	117.351
Letras do Tesouro Nacional - LTN	229.942	717.538	947.480	70.963	811.882	882.845
Ações	-	9.390	9.390	-	9.390	9.390
Nota Comercial	-	201.015	201.015	-	-	-
Mantidos até o vencimento	53.530	67.144	120.674	110.487	270.772	381.259
Debêntures	12.600	53.285	65.885	48.518	267.641	316.159
Letras Financeiras	7.487	13.859	21.346	61.969	3.131	65.100
Nota Comercial	33.443	-	33.443	-	-	-

Vinculados a operações compromissadas: **1.541.341** **1.749.643** **3.290.984** **289.611** **1.728.363** **2.017.974**

Títulos disponíveis para venda **91.139** **113.927** **205.066** **-** **369.711** **369.711**

Debêntures 91.139 - 91.139 - 75.059 75.059

Letras do Tesouro Nacional - LTN - 113.927 113.927 - 294.652 294.652

Mantidos até o vencimento **1.450.202** **1.635.716** **3.085.918** **289.611** **1.358.652** **1.648.263**

Debêntures 507.889 315.719 823.608 119.216 529.359 648.575

Letras Financeiras 942.313 1.319.997 2.262.310 170.395 829.293 999.688

Vinculados à prestação de garantias: **5.708** **1.015.172** **1.020.880** **-** **776.314** **776.314**

Títulos disponíveis para venda **5.708** **1.015.172** **1.020.880** **-** **776.314** **776.314**

Letras Financeiras do Tesouro - LFT 5.708 - 5.708

Letras do Tesouro Nacional - LTN - 977.093 977.093 - 742.548 742.548

Part.Fundo Garantia em Liquidação - FLCB - 38.079 38.079 - 33.766 33.766

Total **1.845.477** **3.762.756** **5.608.233** **583.364** **3.606.752** **4.190.116**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o resultado com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 529.973 (R\$ 301.135 em 31 de dezembro de 2022).

	31/12/2023		31/12/2022	
	R\$	%	R\$	%
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota 4a)	328.643	256.291	328.643	256.291
Resultado de títulos e valores mobiliários	529.974	301.135	529.974	301.135
	858.617	557.426	858.617	557.426

Em 31 de dezembro de 2023 os títulos classificados como "Disponíveis para venda" estão avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, no montante (R\$ 8) (R\$ 44) em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023 os títulos classificados como "Mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo custo amortizado, o valor a mercado dos referidos títulos é R\$ 3.200.640 (R\$ 2.002.951 em 31 de dezembro de 2022), representando um potencial ajuste negativo de R\$ 5.952 (R\$ 26.571 negativo em 31 de dezembro de 2022). Os parâmetros utilizados para o cálculo do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são os divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), que se utiliza de modelos internos de precificação. O valor de mercado das debêntures é apurado considerando o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis. Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e os títulos privados encontram-se

★ continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

10. Depósitos

a) Diversificação de produtos e prazo	31/12/2023			
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
Depósitos à vista	41.338	-	-	41.338
Depósitos interfinanceiros	-	20.982	-	20.982
Depósitos a prazo	-	198.158	882.870	287.346
	41.338	219.140	882.870	1.430.694

b) Concentração	31/12/2023			
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
Depósitos à vista	39.885	-	-	39.885
Depósitos interfinanceiros	-	96.113	-	96.113
Depósitos a prazo	-	315.572	602.088	345.015
	39.885	411.685	602.088	1.398.673

10 maiores credores	31/12/2023			
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
50 maiores credores seguintes	868.887	60,73	1.006.332	71,95
Demais credores	553.410	38,68	387.366	27,70
Total da carteira	1.430.694	100	1.398.673	100

As operações de depósitos a prazo classificadas em "Acima de 365 dias" no montante de R\$ 287.346 (R\$ 344.957 em 31 de dezembro de 2022) apresentam cláusula de liquidez diária.

11. Captações no mercado aberto

Debêntures	31/12/2023			31/12/2022		
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Total	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Total
Letras Financeiras	878.969	-	878.969	602.972	-	602.972
Letras Tesouro Nacional - LTN	2.253.846	-	2.253.846	999.430	-	999.430
Compromissada CCB	113.058	-	113.058	292.947	-	292.947
	53.725	25.801	79.526	10.598	33.219	43.817
Total da carteira própria	3.299.598	25.801	3.325.399	1.905.947	33.219	1.939.166

Letras do Tesouro Nacional - LTN	31/12/2023			31/12/2022		
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Total	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Total
Notas do Tesouro Nacional - NTN	330.071	-	330.071	-	-	-
	1.200.256	-	1.200.256	447.640	-	447.640
Total da carteira de terceiros	1.530.327	-	1.530.327	447.640	-	447.640

Total da carteira 4.829.925 25.801 4.855.726 2.353.587 33.219 2.386.806

Em 31 de dezembro de 2023, o resultado com captações no mercado aberto foi de (R\$ 488.443) (R\$ 347.111) em 31 de dezembro de 2022). A variação advém basicamente do aumento de operações e taxas negociadas para as operações no período.

12. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

a) Recursos de aceite e emissão de títulos	31/12/2023		31/12/2022	
	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Até 365 dias	Acima de 365 dias
Letras de crédito do agronegócio	-	90.175	-	-
Letras financeiras	-	-	-	42.498
Total	-	90.175	-	42.498

b) Obrigações por empréstimos	31/12/2023			31/12/2022		
	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Obrigações em moeda estrangeira do exterior	5.929.367	493.786	6.423.153	4.363.905	658.632	5.022.537
Imposto de renda e contribuições a recolher	0,0114% a 6,675% a.a.	-	-	0,0727% a 6,43% a.a.	-	-
Total	5.929.367	493.786	6.423.153	4.363.905	658.632	5.022.537

c) Obrigações por repasses do exterior	31/12/2023		31/12/2022	
	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Até 365 dias	Acima de 365 dias
Obrigações por repasses do exterior	16.452	-	16.452	-
Total	16.452	-	16.452	-

Imposto de renda e contribuições a recolher 0,9% a.a. 0,9% a.a.

d) Resultado por operações de empréstimos e repasses: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o resultado de operações de empréstimos e repasses está representado por despesas de juros em captação (R\$ 124.679), variação cambial de R\$ 256.647 e marcação a mercado de R\$ 53.867 (R\$ 43.729), (R\$ 119.349) e (R\$ 36.577), respectivamente, em 31 de dezembro de 2022).

13. Outras obrigações diversas, fiscais e previdenciárias

a) Outras obrigações diversas e fiscais	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Imposto de renda e contribuições a recolher	45.924	28.766	20.749	20.297
Provisões administrativas	20.749	20.297	150	78
Provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas	150	78	550	2.238
Credores diversos	550	2.238	-	-
Total circulante	67.373	51.379	67.373	51.379

De negociação e intermediação de valores, há saldo de R\$ 6.218 (R\$ 19.013 em 31 de dezembro de 2022) (nota 8a). b) Provisões para contingências

Processos trabalhistas (i)	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Parcelas de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa	179.519	170.498	7.897	7.583
Contingência	7.897	7.583	-	-
Total não circulante	179.519	170.498	7.897	7.583

(i) Existem depósitos judiciais de R\$ 1.406 (R\$ 1.305 em 31 de dezembro de 2022) para as causas trabalhistas. As provisões de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa, e os respectivos depósitos judiciais, resultante de processos judiciais ingressados pelo Banco, estão constituídos pela parcela integral que poderá ser exigida pelo órgão arrecadador, acrescida dos encargos moratórios legais, sendo compostos como segue:

Provisão	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	155.452	147.602	46.497	43.568
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	10.683	10.226	35.156	33.072
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	3.805	3.643	8.376	7.964
Programa de Integração Social (PIS)	8.527	8.029	2.545	2.409
Outros	1.052	998	632	599
Total das provisões	179.519	170.498	93.206	87.612

Os processos estão baseados nas seguintes questões: (1) COFINS - a provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento em virtude de discussão judicial quanto à base de cálculo dessa contribuição. (2) IRPJ - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo do IRPJ. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco possuía ações judiciais que discutiam a dedutibilidade da despesa de CSLL dos anos de 1997, 1999 e 2000, da base de cálculo do Imposto de Renda. (3) CSLL - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo da CSLL. (4) ISS - essas ações discutem a legalidade da cobrança desse imposto sobre determinadas receitas. (5) PIS - a provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento dessa contribuição em virtude de discussão judicial quanto à sua base de cálculo e discussão na esfera administrativa. b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos não requerem provisão. Em 31 de dezembro de 2023, estes processos referiam-se à gestão de fundos de investimentos no valor de R\$ 32.861 (R\$ 30.847 em 31 de dezembro de 2022), trabalhistas no valor de R\$ 446 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2022) e fiscais, no valor de R\$ 38.899. Em relação ao processo de PIS e COFINS mencionados na nota 13a (1) e (5), em recente decisão do STF, por meio de Repercussão Geral, foi fixada a tese de que incidem as contribuições sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, o valor relacionado a eventuais multas e encargos legais, não provisionados, é de R\$ 46.198. c) Movimentação das contingências

Provisão para riscos fiscais	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Saldo final
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	170.498	9.021	-	179.519
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	10.226	457	-	10.683
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3.643	162	-	3.805
Programa de Integração Social (PIS)	147.602	7.850	-	155.452
Outros	8.029	498	-	8.527
Provisão para passivos contingentes	998	54	-	1.052
Processos trabalhistas	14.958	1.169	(355)	15.772
Expurgos inflacionários	7.375	532	(10)	7.897
	7.583	637	(345)	7.875

14. Patrimônio líquido

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R\$ 737.514 (R\$ 632.590 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 2.135.229 (2.135.229 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Em 30 de dezembro de 2022, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital da instituição de R\$ 632.590 para R\$ 679.732, mediante aumento de capital de R\$ 47.142 que foram integralizadas pelo acionista Mizuho Bank Ltd. A aprovação do Banco Central do Brasil ocorreu em 23 de fevereiro de 2023. Em 29 de dezembro de 2023, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital da instituição de R\$ 679.732 para R\$ 737.514, mediante aumento de capital de R\$ 57.782 que foram integralizadas pelo acionista Mizuho Bank Ltd. A aprovação do Banco Central do Brasil ocorreu em 07 de fevereiro de 2024. c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio: Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 17 da Lei nº 6.404/76 e atualizações. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram distribuídos R\$ 66.036 (R\$ 53.877 em 31 de dezembro de 2022) de juros sobre capital próprio. Os valores de 2023 e 2022 foram recapitalizados. c) Outros resultados abrangentes: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o valor relativo ao ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda é de (R\$ 8), vide nota explicativa 5b (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2022) e o valor referente aos títulos registrados em controlada, conforme a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi R\$ 0 ((R\$ 57) em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023 o montante de variação cambial resultante da conversão do balancete de investida no exterior foi de R\$ 5.762 (R\$ 6.622 em 31 de dezembro de 2022) e o montante de hedge de investimento no exterior foi de (R\$ 8.571) ((R\$ 9.225) em 31 de dezembro de 2022). d) Reserva legal: O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. e) Reserva Especial de Lucros: Em 31 de dezembro de 2023 o saldo acumulado da reserva especial de lucros é de R\$ 310.942 (R\$ 233.591 em 31 de dezembro de 2022).

15. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco possuía o montante de R\$ 111.228 (R\$ 116.913 em 31 de dezembro de 2022) registrados em ativo fiscal diferido e o montante de R\$ 73.961 (R\$ 46.611 em 31 de dezembro de 2022) registrado em obrigações fiscais diferidas. O registro desses créditos foi efetuado integralmente e está suportado por estudo técnico efetuado, o qual indicou a capacidade de geração de resultados futuros para a sua utilização. a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	IRPJ e CSLL	
	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	212.796	175.918
Encargo total do imposto de renda e da contribuição social conforme alíquotas apresentadas na Nota 3.k	(95.758)	(79.163)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	67.643	57.621
Participação dos empregados no lucro	1.275	1.205
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	414	18
Ajustes de marcação a mercado	22.444	23.165
Juros sobre o capital próprio	29.716	24.245
Outras adições e exclusões - temporárias	7.077	5.091
Rendimentos operações Lei 12.431 (sujeitos a CSLL)	3.718	3.974
Outras adições e exclusões	2.999	(77)
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes	(28.682)	(21.567)
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL	567	25
Imposto de renda e contribuição social - valores diferidos	(30.346)	(28.297)

Na composição dos valores correntes de imposto de renda e contribuição social, há o saldo de R\$ 567 (R\$ 25 em 31 de dezembro de 2022) referente à aplicação desses impostos sobre a variação cambial, líquida de PIS e COFINS, dos Repasses do exterior utilizados na estrutura de hedge contábil de investimento no exterior.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo Inicial	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo Final
Variação cambial repasses do exterior	1.248	1.203	-	-
PIS/COFINS	(58)	(56)	-	-
Líquido de PIS/COFINS	1.190	1.147	-	-
Imposto de renda	(297)	(287)	-	-
Contribuição social	(238)	(229)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL	(535)	(516)	-	-
Hedge de investimento no exterior	654	631	-	-
b) Demonstração dos ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas de PIS, COFINS, imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo Inicial	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo Final
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.495	-	(414)	1.081
Provisão para contingências judiciais	75.700	4.059	-	79.759
Provisão para contingências diversas	6.731	366	-	7.097
Outras provisões	3.344	7.318	(3.344)	7.318
Provisões para PLR e gratificações	4.705	949	(4.705)	949
Prejuízo fiscal e base negativa	24.938	-	(9.914)	15.024
Total dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa	116.913	12.692	(18.377)	111.228

	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo Inicial	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo Final
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	(23.434)	(22.447)	-	(45.881)
Atualização depósitos judiciais	(18.736)	(2.208)	-	(20.944)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social - resultado	(42.170)	(24.655)	-	(66.825)

	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo Inicial	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo Final
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	(11)	-	11	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários - Mizuho Cayman	47	-	(47)	-
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social - patrimônio líquido	36	-	(36)	-

PIS e COFINS sobre ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo Inicial	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo Final
Obrigações fiscais diferidas de PIS e COFINS	(2.541)	(2.431)	-	(4.972)
Total das obrigações fiscais diferidas de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS	(1.936)	(228)	-	(2.164)

Os ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas, foram constituídos às alíquotas vigentes sobre adições e exclusões temporárias, sendo considerada a probabilidade de realização por resultados gerados nos exercícios futuros. O valor presente dos ativos fiscais diferidos líquidos das obrigações fiscais diferidas, descontados às taxas de mercado para juros em moeda nacional em 31 de dezembro de 2023 relativamente às datas previstas de sua realização, montante R\$ 26.142 (R\$ 62.483 em 31 de dezembro de 2022). Os ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas, segundo as projeções da Administração, deverão ser realizados/exigidos nos seguintes períodos:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo Inicial	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo Final
2024	(39.075)	-	-	(12.298)
2025	27.610	-	-	4.088
2026	4.808	-	-	1.942
2027	4.129	-	-	52.492
2028 a 2033	28.670	2027 a 2031	16.259	-
Total				

★ continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Categoria	31/12/2022		31/12/2023	
	Valor referencial	Valor de custo	Valor de custo	Valor de mercado
<i>"Hedge"</i>				
CDI x IPCA	290.009	316.944 (374.401)	316.941	(374.401) (57.460)
CDI x EUR	6.696	6.700 (8.417)	6.706	(8.490) (1.784)
	2.303.542	2.405.452 (2.340.066)	2.360.735	(2.280.956) 79.779

b) Operações de forward

Categoria	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor referencial	Valor de custo	Valor de custo	Valor de mercado
<i>Não "hedge"</i>				
USD x BRL	3.436.532	3.338.480 (3.386.936)	3.303.515	(3.351.504) (47.989)
EUR x BRL	2.930	2.926 (2.914)	2.922	(2.903) 19
JPY x BRL	174.560	168.139 (163.917)	169.200	(163.203) 5.997
CNH X BRL	355	348 (318)	352	(317) 35
	3.614.377	3.509.893 (3.554.085)	3.475.989	(3.517.927) (41.938)

c) Demais instrumentos financeiros derivativos não hedge

Categoria	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor referencial	Valor de custo	Valor de custo	Valor de mercado
<i>Não "hedge"</i>				
USD x PRE	2.726.997	2.621.342 (2.661.859)	2.603.095	(2.640.288) (37.193)
EUR x PRE	9.948	10.020 (9.883)	10.161	(9.923) 238
JPY x PRE	78.380	83.353 (78.215)	84.044	(78.353) 5.686
	2.815.325	2.714.715 (2.749.957)	2.697.300	(2.728.569) (31.269)

d) Demais instrumentos financeiros derivativos hedge

Contratos	31/12/2023		31/12/2022	
	Global	Líquido	Global	Líquido
Moeda:				
Comprado	292.984		660.172	
Vendido	(439.668)	(146.684)	(1.055.280)	(395.108)
Taxa de juros:				
Comprado	2.735.944		1.771.667	
Vendido	(1.870.264)	865.680	(784.681)	986.986
		718.996		591.878

e) Objetos de hedge

Contratos	31/12/2023		31/12/2022	
	Global	Líquido	Global	Líquido
Moeda:				
Comprado	219.106		469.593	
Vendido	(217.858)	1.248	-	469.593
Taxa de juros:				
Comprado	4.590.053		4.929	
Vendido	(4.203.960)	386.093	(2.900.713)	(2.895.784)
		387.341		(2.426.191)

Risco de taxa de juros

Capital de giro	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor da curva de ajuste de MTM	Valor de mercado	Valor da curva de ajuste de MTM	Valor de mercado
CDI	323.455	5.303	328.758	222.162 (692)
Nota crédito exportação	71.643	(237)	71.406	111.444 75
Nota Comercial	69.632	619	70.251	- -
Debêntures	200484	531	201.015	- -
Letras Financeiras	391.767	-	391.767	374.434 -
	464.946	7.204	472.150	162.256 158

Total de risco de taxa de juros

de juros	31/12/2023	31/12/2022
	1.521.927	13.420

Risco de moeda

Repasses (USD)	31/12/2023	31/12/2022
	(450.523)	2.699 (447.824)
Repasses (EUR)		
	(4.092.699)	11.602 (4.081.097)
Operações de Câmbio		
Futuro Ativo	4.878.267	(21.163)
Operações de Câmbio Futuro		
	(4.875.693)	69.154 (4.806.539)

Total de risco cambial

31/12/2023	31/12/2022
(4.540.648)	62.292

Risco de indicador

Letras Tesouro Nacional LTN	31/12/2023	31/12/2022
	2.023.585	14.915
	2.038.500	1.924.193
	(4.147)	1.920.046
	2.023.585	14.915

f) Operações por vencimento

Hedge	31/12/2023				Total
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Futuro - B3	3.457.126	557.349	281.970	512.714	4.809.159
Swap	-	-	-	54.100	54.100

Não "hedge"

Swap	31/12/2023				Total
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Forward	6.145	6.013	80.382	61.826	154.366
Futuro - B3	1.606.667	523.469	732.603	166.189	3.028.928
Total	5.086.081	1.097.887	1.095.401	794.836	8.074.205

Passivo

Hedge	31/12/2023				Total
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Futuro - B3	(786.473)	(250.406)	(309.511)	(3.075.428)	(4.421.818)
Swap	(3.022)	(28.773)	(155)	(40.079)	(72.029)

Não "hedge"

Swap	31/12/2023				Total
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Forward	(74)	-	-	(1.850)	(1.924)
Futuro - B3	(47.354)	(20.272)	(1.787)	(177)	(69.590)
Total	(1.182.243)	(629.391)	(103.009)	(395.289)	(2.309.932)

Total

31/12/2023	31/12/2022
(2.019.166)	(928.842)

Passivo

Hedge	31/12/2023				Total
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Futuro - B3	296	291	4.204	138	4.929
Swap	-	-	-	-	-

Não "hedge"

Swap	31/12/2023				Total
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Forward	9.736	831	57.093	75.983	143.643
Futuro - B3	15.803	3.999	3.082	814	23.698
Total	844.010	557.341	359.410	10.906	1.771.667

Total

31/12/2023	31/12/2022
869.845	562.462

Passivo

Hedge	31/12/2023				Total
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Futuro - B3	(189.876)	(53.210)	(363.857)	(2.293.770)	(2.900.713)
Swap	(1.784)	(198)	(208)	(57.054)	(59.244)

Não "hedge"

Swap	31/12/2023				Total
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Forward	-	(309)	(1.309)	(3.002)	(4.620)
Futuro - B3	(24.985)	(27.449)	(2.101)	(432)	(54.967)
Total	(1.055.581)	(265)	(548.281)	(235.834)	(1.839.961)

Total

31/12/2023	31/12/2022
(1.272.226)	(81.431)

g) Informações complementares: As operações de derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão classificadas da seguinte forma, quanto ao local de negociação:

Operações realizadas em bolsa - "B3"	Valor referencial	
	31/12/2023	31/12/2022
	14.569.837	11.571.486
Operações de balcão - B3	6.566.095	5.372.015
	21.135.932	16.943.501

As margens dadas em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão representadas por títulos públicos federais, conforme demonstrado abaixo:

Títulos públicos federais:	Valor de mercado	
	31/12/2023	31/12/2022
Part Fundo Garantia em Liquidação - FLCB	38.079	33.766
Letras do Tesouro Nacional - LTN	977.093	742.548
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.708	-
	1.020.880	776.314

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as operações com

instrumentos financeiros derivativos resultaram em ganhos de R\$ 6.817.975 (R\$ 10.979.605 em 2022) e perdas de R\$ 7.142.691 (R\$ 11.118.752 em 2022), registrados na rubrica de "Resultado de instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas patrimoniais. O Banco não possui derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

18. Hedge de Variação cambial de Investimento no exterior

Objetos de Hedge	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em USD	Valor em R\$	Variação cambial - PL	Efeito Tributário
Risco de moeda				
Investimento no Exterior - Cayman	3.317	16.047	5.881	785
Total de risco cambial	3.317	16.047	5.881	785

Instrumentos de Hedge	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em USD	Valor em R\$	Variação cambial - PL	Efeito Tributário
Risco de moeda				
Empréstimos no exterior	(3.314)	(16.047)	(10.497)	3.754
Total de risco cambial	(3.314)	(16.047)	(10.497)	3.754

Objetos de Hedge	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em USD	Valor em R\$	Variação cambial - PL	Efeito Tributário
Risco de moeda				
Investimento no Exterior - Cayman	3.317	17.295	7.128	224
Total de risco cambial	3.317	17.295	7.128	224

Instrumentos de Hedge	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em USD	Valor em R\$	Variação cambial - PL	Efeito Tributário
Risco de moeda				
Empréstimos no exterior	(3.314)	(17.295)	(11.745)	4.348
Total de risco cambial	(3.314)	(17.295)	(11.745)	4.348

A partir de janeiro de 2018, além da implementação do "Hedge de investimento líquido no exterior", com o objetivo de uniformizar o processo de reconhecimento contábil da variação cambial do investimento no exterior, com o reconhecimento contábil da variação cambial dos instrumentos contratados para o hedge do referido investimento, o Banco decidiu pela efetivação do hedge integral, devido a divergência tributária entre o tratamento da variação cambial dos investimentos no exterior, a qual é isenta de tributação, e o resultado de variação cambial dos instrumentos de hedge, os quais são parte integrante da base fiscal. Em 2021 foi efetuada repatriação de uma parte do capital social de Cayman devido a entrega da licença bancária.

19. Gestão de riscos

As informações detalhadas relativas ao processo de gestão de riscos e as exigências quanto ao Patrimônio de referência encontram-se disponíveis na Internet, através do endereço: www.mizuho.com/brazil/pt/financial/. a) **Risco de crédito:** O objetivo do Banco Mizuho do Brasil S.A. é garantir a solidez de seus ativos, estendendo limites de crédito em conformidade com os padrões rigorosos de avaliação de risco de sua Matriz. O risco de crédito é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas financeiras resultantes da contraparte não honrar os compromissos de crédito assumidos com o Banco. As áreas responsáveis pela análise de risco (Portfolio Management) e pelo monitoramento de riscos (Risk Management) são áreas independentes uma da outra, sendo que a de monitoramento também é segregada da área comercial do Banco, com reporte direto ao Chief Risk Officer. No processo de análise de crédito da contraparte é levado em consideração a situação econômico-financeira histórica, atual e projetada, incluindo-se a capacidade de geração de fluxo de caixa, o grau de alavancagem e o perfil de endividamento, a qualidade dos ativos, o setor de atividade econômica, o ambiente competitivo em qual a empresa está inserida, uma potencial dependência econômica, a sua gestão, a estrutura societária, integração e suporte do grupo, entre outros fatores. Estes fatores são subsídios importantes para poder se determinar e classificar adequadamente o risco de crédito da contraparte, propor instrumentos de mitigação de risco, a fim de assegurar um nível de risco aceitável para o Banco, em aderência a seu apetite de risco (RAS) e em conformidade com as políticas do grupo Mizuho e Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional. O cumprimento da Resolução CMN nº 4.677, que estabelece os limites máximos de exposição por cliente e limite máximo de exposições concentradas, é acompanhada e monitorada diariamente pelo Banco, aplicando parâmetros mais conservadores que os estabelecidos pelo órgão regulador. Os limites concedidos pelo Banco aos clientes, bem como as operações desembolsadas são monitoradas durante todo o tempo de sua vigência, sendo de responsabilidade das áreas de Portfolio Management, Front Office e Risk Management o contínuo acompanhamento da saúde financeira da contraparte. A área de Risk Management também alimenta e monitora os sistemas de gerenciamento de risco, bem como é de sua responsabilidade de apontar eventuais excessos, irregularidades com relação a aprovação de crédito e/ou quebra de covenants às respectivas autoridades de risco de crédito, comercial, e a alta administração do Banco. b) **Risco de liquidez:** O departamento de Gestão de Riscos também monitora o risco referente a situações potenciais de diminuição de liquidez, que podem resultar em dificuldades para o Banco honrar suas obrigações futuras de pagamento ou obrigá-lo a incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. A Matriz do Banco em Tóquio definiu como principal medida de liquidez o Funding Gap que consiste na projeção das necessidades de captação de recursos para os prazos de um dia, uma semana e um mês. O Funding Gap é calculado para todas as moedas negociadas pelo banco. Os limites do Funding Gap são propostos pelo Banco, aprovados pela Matriz e revisados semestralmente. Localmente, o risco de liquidez também é monitorado através de projeções diárias dos saldos de caixa, que consideram diversos cenários para os parâmetros utilizados nos seus cálculos. Os ativos líquidos (não vinculados a garantias) são marcados a mercado e adicionados ao caixa imediatamente disponível. Os demais ativos e derivativos sofrem ajustes no valor e no prazo de seus fluxos, de acordo com o grau dos respectivos riscos de crédito. Com relação aos passivos sem vencimento determinado, 20% da carteira é considerado como imediatamente exigido e sem renovação. A liquidez do Banco é monitorada diariamente pelo departamento de Gestão de Riscos e o acompanhamento é feito no Comitê de Ativos e Passivos do Banco, que se reúne mensalmente. Além disso, o Banco conta com um plano de contingência aprovado pela Diretoria, contra eventuais crises de liquidez, para ser aplicado de acordo com a natureza e a severidade da crise. Em complementação à Política de Gestão de Liquidez do Banco foi estabelecida uma política de Gestão da Liquidez de Curto Prazo cujo enfoque é a capacidade para honrar obrigações financeiras cujos vencimentos ocorram no período compreendido entre 1, 7 e 15 dias úteis. Em conformidade com essa política, o Back-Office monitora diariamente a liquidez de curto prazo do Banco, assim como os lançamentos intra-dia efetuados na conta de reservas bancárias e os saldos individuais das contas junto aos bancos correspondentes do exterior. Ambas as políticas possuem limites referenciais estabelecidos internamente pelo Banco, aprovados pela Diretoria e que levam em conta a disponibilidade de ativos face às exigências de caixa para os prazos analisados. Esses limites são valores de referência que devem ser considerados como parâmetros para a apropriada gestão da liquidez do Banco. c) **Risco operacional:** A estrutura de risco operacional, conforme definido pela Resolução nº 4.557, do Conselho Monetário Nacional, de 23 de fevereiro de 2017, está em linha com o ambiente de negócios do Banco e de acordo com as exposições geradas pelos seus produtos e serviços oferecidos. Essa estrutura possibilita a avaliação, o monitoramento, o controle e a mitigação do risco operacional, e está ligada diretamente à Diretoria de Riscos. A gestão de risco operacional utiliza ferramentas que permitem o registro de eventos de riscos operacionais; análise de cenários; indicadores-chave de risco e auto avaliação. Através desses instrumentos, medidas são discutidas, registradas e monitoradas. As políticas e procedimentos inerentes estão disponibilizadas para todos os níveis do Banco. Instrumentos específicos são periodicamente oferecidos, visando à disseminação e ao fortalecimento da cultura interna sobre risco operacional. d) **Risco de mercado:** O departamento de Gestão de Riscos monitora as exposições e respectivos limites definidos pela Matriz do Banco para as seguintes métricas: • FX Exposure: Exposição cambial em moedas estrangeiras. Os valores absolutos das exposições cambiais em cada moeda devem ser convertidos em valores equivalentes em dólares e somados. • Sensibilidade a movimentos nas taxas de juros de mercado: Métrica que mensura o impacto nos preços dos ativos devido a variação nas taxas de juros de mercado. É aplicável tanto para as operações em reais quanto para as operações em moedas estrangeiras. • Exposição de Vega para opções de dólar: Medida de risco de opções que representa o impacto nos prêmios das opções com relação a oscilação na volatilidade do ativo objeto. O processo de avaliação e controle dos riscos ocorre de forma independente às atividades de negócios do Banco. Valores indicativos das exposições a risco de mercado intra-diário são calculados no mínimo três vezes durante o dia pelo departamento de Gestão de Riscos. No fechamento do dia, os métodos descritos são aplicados sobre a base das operações em aberto. Um representante qualificado da área de gestão de riscos analisa e aprova diariamente os números calculados. Os relatórios com os resultados apurados são disponibilizados para as pessoas autorizadas. Com o objetivo de mensurar os possíveis efeitos decorrentes de movimentos inesperados do mercado, o Mizuho utiliza-se de técnicas de análise de cenários para o Teste de Estresse. Os modelos contemplam análises de cenários projetados em um evento de crise financeira para as principais cotações de moedas e

★ continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	2º semestre	31/12/2023	31/12/2022
(c) Despesas de pessoal			
Remuneração	(16.008)	(31.349)	(30.230)
Encargos sociais	(5.272)	(11.568)	(11.615)
Benefícios	(4.768)	(12.469)	(14.316)
Total	(26.048)	(55.386)	(56.161)
(d) Outras Despesas Administrativas			
Despesas de Aluguéis	(1.598)	(3.210)	(2.758)
Despesas de Comunicações	(639)	(1.310)	(1.528)
Despesas de Manut. e Conservação de Bens	(164)	(317)	(243)
Despesas de Processamento de Dados	(13.059)	(24.001)	(21.303)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(340)	(491)	(353)
Despesas do Serviço do Sistema Financeiro	(3.144)	(5.809)	(4.444)
Despesas de Serviços de Terceiros	(982)	(2.332)	(1.599)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(2.620)	(5.152)	(5.167)
Despesas de Transporte	(113)	(194)	(123)
Despesas de Viagens ao Exterior	(373)	(759)	(936)
Despesas de Viagens no País	(224)	(316)	(143)
Outras Despesas Administrativas	(662)	(1.267)	(1.240)
Despesas de Depreciação	(449)	(895)	(1.035)
Despesas de Amortização	(95)	(204)	(236)
Outras	(760)	(1.238)	(891)
Total	(25.222)	(47.495)	(41.999)
(e) Outras receitas operacionais			
Atualização de Depósitos Judiciais	2.803	5.696	5.231
Recuperação de Encargos e Despesas	20	41	233
Outras (i)	5.579	6.423	1.175
Total	8.402	12.160	6.639
(i) representado substancialmente pelo recebimento de dividendos da CIP (nota 20h)			
(f) Outras despesas operacionais			
Atualização de Contingências	(4.917)	(10.192)	(9.720)
Garantias Financeiras Prestadas	-	(8)	-
Outras	(13)	(434)	(4)
Total	(4.930)	(10.634)	(9.724)

(g) Operações ativas vinculadas: O Banco possui operações vinculadas que foram realizadas de acordo com as regras preestabelecidas pela Resolução CMN

2.921/02, não havendo nenhuma operação inadimplente ou com algum questionamento judicial sobre tais operações.

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/ Receitas (Passivo) (Despesas)		
Operações ativas vinculadas		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.331.313	63.188
Letras Financeiras	-	2.470
Obrigações por operações ativas vinculadas		
obrigações por empréstimos no exterior	(1.331.313)	(61.378)
Depósitos a prazo	-	(2.086)
Resultado líquido das operações vinculadas	2.194	5.526

(h) Desmutualização CIP: Em março de 2022 ocorreu a desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP, associação sem fins lucrativos, através da cisão parcial de seu patrimônio que foi incorporado na CIP S.A. com fins lucrativos. Desta forma, o Banco anteriormente detentor de títulos da Associação CIP, passa a ser detentor de 250.000 ações na CIP S.A. A operação de desmutualização gerou um resultado positivo de R\$9.355 registrado na rubrica outras receitas. No exercício de 2023, o Banco recebeu R\$ 5.176 referente a dividendos.

21. Índice de Basileia

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução nº 4.958 de 21 de outubro de 2021, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), com efeito a partir de 03 de janeiro de 2022. O Índice de Basileia (IB) para 31 de dezembro de 2023 é de 17,55% (16,80% em 31 de dezembro 2022), e a tabela abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência (PR):

Ativos Ponderados por Risco (RWA)	6.041.183
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada (RWAcpad)	4.863.364
RWA para Risco de Mercado por Abordagem Padronizada (RWAmpad)	660.080
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada (RWAopad)	517.739
Capital mínimo para cobertura do RWA	217.853
Capital mínimo requerido pelo Adicional de Capital Principal (ACP)	151.030
Capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária	78.696
Total Patrimônio Referência requerido	561.990
Patrimônio de Referência	1.060.078
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	576.783
Índice de Capital Principal (ICP)	17,55%
Índice de PR Nível I (IN1)	17,55%
Índice de Basileia (IB)	17,55%
Índice de Basileia Amplo (IB Amplo)	15,09%

22. Estrutura de gerenciamento de capital

Em 23/02/2017 o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil (BACEN), tornou público a Resolução CMN Nº 4.557. A Resolução dispõe sobre os requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital, das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A regulamentação segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. O Banco Mizuho é classificado como "S4". O processo de gerenciamento de capital é conduzido pelo Comitê de Gestão (MC). As principais responsabilidades do MC nesse processo são: Definição da Estrutura de Gerenciamento de Capital; Definição do Plano de Capital para o período de três anos; Análise dos riscos correntes e potenciais associados à atividade operacional que podem impactar o Capital do banco e Monitoramento constante do processo, atuando preventivamente para preservar e manter o capital do banco nos níveis ideais, conforme a estratégia definida e exigências regulatórias. Os relatórios gerenciais para apoio ao processo, bem como o monitoramento diário, são de responsabilidade da área de Contabilidade e Controle Financeiro. Esses relatórios indicam o nível de capitalização e seus respectivos indicadores e as projeções de consumo de capital em condições normais e em cenários estressados. O Plano de Capital é revisado anualmente ou em período menor caso o contexto sinalize alterações relevantes. O Planejamento de Resultados e a Estrutura Sistêmica de Apoio são partes integrantes da Estrutura de Gerenciamento de Capital. O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de capital está disponível no nosso website: www.mizuhoibank.com/brazil/pt/.

23. Resultado Recorrente e não Recorrente

Apresentação do resultado recorrente e não recorrente, líquidos dos efeitos fiscais, de acordo com as definições internas e seguindo os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 2/2020:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido	150.934	123.376
Resultado na desmutualização CIP (Nota 20h)	-	9.355
Dividendos (nota 20h)	5.176	-
Efeito fiscal sobre o resultado não recorrente	-	(4.210)
Lucro Líquido recorrente	145.758	118.231

24. Outros assuntos

Em 16 de novembro de 2022, a medida provisória nº 1.128/2022 foi convertida na Lei nº 14.467/2022. Esta lei promove alterações no tratamento tributário aplicável às partidas incorridas nos recebimentos de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A lei produzirá efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2025. O Banco está avaliando os possíveis impactos desta norma.

A DIRETORIA

CONTADOR: Henrique Luiz Gonzaga - CRC 1SP256056/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos administradores do

Banco Mizuho do Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Mizuho do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco Mizuho do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar

se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-034519/O

Kátia Sayuri Teraoka Kam

Contadora CRC SP-272354/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>